

A PRÁXIS DA EMANCIPAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO: DESAFIOS POLÍTICOS E RESISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

The Praxis of Emancipation in Times of Setback: Political Challenges and Resistances in Brazilian Education

Marcelo Máximo Purificação - Centro Universitário de Mineiros – Brasil
Elisângela Maura Catarino - Centro Universitário de Mineiros – Brasil

RESUMO: Este texto tem como objetivo central analisar as tensões entre o projeto educacional brasileiro fundamentado na emancipação e na práxis política e o cenário contemporâneo de retrocessos impulsionados por políticas públicas específicas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa, cujo aporte teórico-metodológico é sustentado principalmente pelas reflexões de Freire, Saviani e Dourado. O foco de análise recai sobre a natureza intrinsecamente política da educação, a caracterização das políticas de contrarreforma no campo educacional e o papel do professor como agente potencial de resistência. Os principais achados indicam uma contradição entre os princípios constitucionais de uma educação emancipadora e a agenda política vigente, que promove o esvaziamento crítico do ensino e a precarização da docência, exigindo dos educadores uma postura de conscientização e engajamento político como forma de defender o projeto democrático e popular de educação.

Palavras-chave: Práxis Libertadora. Retrocesso Político-Educacional. Conscientização Docente, Políticas Públicas e Currículo. Educação como Resistência.

ABSTRACT: This paper's central objective is to analyze the tensions between the Brazilian educational project, grounded in emancipation and political praxis, and the contemporary scenario of setbacks driven by specific public policies. This is a qualitative bibliographical study, whose theoretical and methodological framework is primarily supported by the work of Freire, Saviani, and Dourado. The analytical focus is on the intrinsically political nature of education, the characterization of counter-reform policies in the educational field, and the role of the teacher as a potential agent of resistance. The main findings indicate contradiction between the constitutional principles of an emancipatory education and the current political agenda, which promotes the critical hollowing out of education and the precarization of the teaching profession. This demands from educators a stance of conscientization and political engagement as a means to defend the democratic and popular project of education.

Keywords: Emancipatory Praxis. Political-Educational Regression. Teacher Conscientization. Public Policies and Curriculum. Education as Resistance.

1. INTRODUÇÃO

A educação, enquanto fenômeno social e histórico, tem sido compreendida por uma significativa vertente do pensamento pedagógico brasileiro como um projeto essencialmente político, cuja finalidade última é a emancipação humana. Essa perspectiva, que distancia a educação da ideia de neutralidade, a concebe como uma práxis intencional, um ato deliberado de intervenção na realidade. Nesse sentido, autores como Freire (1976) e Gutiérrez (1988) estabelecem um diálogo profícuo ao afirmarem que educar é um ato político, pois lida com a formação de sujeitos capazes de ler o mundo e nele atuar de forma crítica e transformadora. A educação, portanto, não se restringe à transmissão de conhecimentos, mas se constitui como uma prática de liberdade, um caminho para a superação das condições de opressão.

O conceito de conscientização, elaborado por Freire (1980), é central para essa compreensão. Trata-se de um processo no qual os sujeitos, através da reflexão crítica sobre sua realidade concreta, percebem as suas causas estruturais e os mecanismos de dominação que a determinam. A conscientização não é um mero ato de tomar conhecimento, mas um testemunhar o mundo, na sua totalidade, para nele intervir, cada vez mais, de maneira mais humana e humanizante (Freire, 1980). Esse movimento de reflexão-ação é o que confere à educação seu caráter de práxis, unindo indissociavelmente teoria e prática na busca por uma sociedade mais justa e equitativa. É nesse horizonte que a educação se alinha ao projeto de emancipação defendido por teóricos como Dorno (1995).

Contudo, o cenário político e educacional brasileiro contemporâneo apresenta um quadro de acentuada complexidade e contradição. O que se observa, nas últimas décadas, é um movimento sistemático de retrocesso nas políticas educacionais, que ameaçam os pilares do projeto educacional construído democraticamente. Autores como Saviani (2020) e Dourado (2019) têm denunciado veementemente o desmonte das políticas de inclusão, a precarização do trabalho docente e a imposição de um modelo educacional que alinha a escola aos interesses do mercado, em detrimento de sua função social e formativa. Esse contexto tensiona a ideal de uma educação emancipatória com uma realidade de contrarreformas que buscam despolitizar o ensino e esvaziar seu potencial crítico.

Diante desse panorama, emerge o problema de pesquisa que norteia este trabalho: Como a educação brasileira, concebida como práxis política e emancipatória, navega os desafios impostos por políticas públicas de retrocesso, e qual o papel do professor nesse

A práxis da emancipação em tempos de retrocesso: desafios políticos e resistências na educação brasileira

cenário de tensões e resistências? A questão central é compreender a dinâmica de conflito entre um projeto educacional fundamentado na liberdade e uma agenda política que opera no sentido inverso, analisando as implicações dessa disputa para a prática docente e para a formação dos cidadãos.

Para responder a essa questão, este artigo tem como objetivo geral analisar as tensões entre o projeto educacional brasileiro fundamentado na emancipação e na práxis política e o cenário contemporâneo de retrocessos impulsionados por políticas públicas específicas. Os objetivos específicos são: a) discutir o fundamento político da educação como prática de liberdade e emancipação; b) caracterizar as políticas de retrocesso no campo educacional brasileiro, conforme apontado pela literatura especializada; e c) refletir sobre o papel do professor como agente de resistência e sujeito político nesse contexto.

A justificativa para este estudo reside na urgência de se compreender criticamente o momento político que a educação brasileira atravessa. Em tempos de ataque à escola pública e à pedagogia crítica, é fundamental retomar os fundamentos teóricos que sustentam a educação como um direito social e uma ferramenta de transformação. Como aponta Demo (2000), é preciso desvelar as "ironias da educação", ou seja, as mudanças que, sob o discurso da modernidade e da qualidade, mascaram processos de exclusão e controle. Analisar essa conjuntura é um passo necessário para a organização de resistências e a defesa de um projeto de sociedade verdadeiramente democrático.

2. MATERIAL E MÉTODO

A presente pesquisa ancora-se em um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa (Flick, 2004; Gil, 2008). A escolha metodológica orienta-se pelo referencial de análise de políticas públicas de Frey (2000), cuja premissa fundamental exige ultrapassar a dimensão descritiva para apreender os sentidos, as contradições e os impactos das medidas implementadas. O corpus documental foi deliberadamente composto por obras de autores que dialogam com essa disputa de projetos históricos, destacando-se Dourado, Freire, Frey, Gutiérrez, Purificação e Saviani. A constituição desse acervo obedeceu a critérios de inclusão e exclusão conforme (Prodanov e Freitas, 2013), estruturados a partir de buscas nas bases SciELO, CAPES e BDTD. Estabeleceram-se como parâmetros de inclusão textos completos — artigos, livros e teses

— que articulassem, em sua tessitura, os três eixos temáticos (filosofia da educação, políticas públicas e formação de professores), justamente por ser o território onde se materializam os embates da práxis. Por outro lado, excluíram-se produções que abordavam essas dimensões de forma estanque ou desprovidas de densidade analítica.

O tratamento do material empírico fundamentou-se na Análise Documental que, conforme Sá Silva, Almeida e Guindani (2009), consiste em um procedimento sistematizado para a apreensão e compreensão de documentos de variada natureza. No âmbito deste estudo, o foco recaiu sobre o acervo teórico e documental de cunho educacional e normativo, visando extrair dele as determinações que estruturam o atual retrocesso. Para dar conta do objetivo de analisar as tensões historicamente postas, a articulação entre os diferentes campos de saber ocorreu mediante o critério de convergência teórica. Os fundamentos epistemológicos da filosofia da educação — que sustentam a perspectiva emancipatória — foram contrapostos e conectados às categorias de análise de políticas públicas, particularmente o contexto de produção de textos e o contexto da prática (Mainardes, 2006). Essa operação analítica gerou uma malha conceitual integrada, tornando possível evidenciar como a formação docente e a práxis política são materialmente tensionadas, limitadas ou ressignificadas frente aos determinantes filosófico-políticos que orientam as políticas públicas contemporâneas.

3. A EDUCAÇÃO COMO PRÁXIS POLÍTICA E PROJETO DE EMANCIPAÇÃO

A compreensão da educação como um ato inerentemente político é o ponto de partida para qualquer análise crítica do sistema educacional. Negar a neutralidade do ensino é reconhecer que ele sempre serve a determinados projetos de sociedade, seja para manter as estruturas de poder vigentes, seja para transformá-las. Freire (1976) é, sem dúvida, o principal expoente dessa vertente de pensamento. Para ele, a educação é, em sua essência, uma prática para a liberdade. Não se trata de uma liberdade abstrata, mas concreta, que se constrói na luta contra todas as formas de desumanização. A educação como prática da liberdade, ao contrário da educação que pratica a dominação, implica a negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim como também a negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (Freire, 1976).

Nessa perspectiva, educadores e educandos são sujeitos ativos do processo de conhecimento, e não meros espectadores ou receptores passivos de informações. A relação pedagógica se dá a partir da troca de saberes e da investigação conjunta da

A práxis da emancipação em tempos de retrocesso: desafios políticos e resistências na educação brasileira

realidade, o que Freire chama de dialogicidade. Esse diálogo não é um mero debate de ideias, mas um encontro de sujeitos conscientes de sua incompletude, dispostos a aprender e a ensinar em um movimento permanente. É nesse espaço que se opera a conscientização, processo que permite aos sujeitos apreender criticamente a sua maneira de atuar no mundo, ao mesmo tempo em que nele se inserem, para nele interferir (Freire, 1980). A conscientização é, portanto, a ponte entre a leitura de mundo e a ação transformadora.

Gutiérrez (1988) reforça essa tese ao titular sua obra "Educação como práxis política". Para o autor, a educação é uma forma de intervenção social que, por definição, carrega uma carga ideológica. Não há educação apolítica. A alegada neutralidade é, na verdade, uma estratégia para ocultar o compromisso da educação com a manutenção da ordem estabelecida. Ao assumir seu caráter político, a educação se coloca a serviço de um projeto histórico, e no caso da pedagogia crítica, esse projeto é a construção de uma sociedade socialista, ou ao menos, mais justa e democrática. A práxis educativa é, assim, uma forma de práxis política, onde a sala de aula se torna um espaço de luta cultural e ideológica.

Esse projeto emancipatório tem como horizonte a formação de um sujeito autônomo, crítico e participativo. Dorno (1995), em sua obra "Educação e emancipação", ressalta que a verdadeira educação deve libertar o indivíduo das amarras da heteronomia, permitindo que ele pense por si mesmo e constitua sua própria identidade. A emancipação, nesse sentido, está diretamente ligada à capacidade de autodeterminação e à recusa em aceitar passivamente as verdades impostas. A escola, sob essa ótica, deve ser um laboratório de experimentação democrática, onde os alunos possam vivenciar práticas de participação, debate e respeito à diferença, preparando-se para a cidadania ativa.

É importante ressaltar que essa visão não é uma utopia distante, mas uma necessidade concreta no mundo contemporâneo. Paulo e Trombetta (2021) reafirmam que "educar é sempre um ato político", e os desafios atuais, como o avanço do conservadorismo e a desinformação, tornam essa afirmação ainda mais urgente. Os educadores estão na linha de frente de uma batalha ideológica, e sua opção por uma pedagogia crítica ou por uma pedagogia do "contentamento" tem consequências diretas na formação da nova geração. Optar pela emancipação é optar por formar sujeitos que questionem, que investiguem, que não se conformem com as injustiças.

A prática educacional emancipatória, portanto, exige do professor uma postura de pesquisador de sua própria realidade. Ele não pode ser um mero executor de currículos e programas, mas um intelectual que problematiza o conhecimento e o contexto em que atua. Através da seleção crítica dos conteúdos, da metodologia dialógica e da criação de um ambiente de aprendizagem democrático, o professor materializa a educação como práxis. Ele se torna, nas palavras de Freire, um "professor-progressista", que não teme o debate, que respeita o saber de experiência do aluno e que se compromete com a transformação social.

Por fim, a educação como projeto de emancipação é um ato de esperança. Não uma esperança ingênua ou passiva, mas uma esperança "ancorada no trabalho", na luta e na convicção de que "a história é tempo de possibilidade e não de determinismo" (Freire, 1994). É a crença de que, apesar de todas as adversidades, a educação pode ser um instrumento poderoso na construção de um mundo onde todos tenham voz e vez. Esse horizonte é o que move o educador comprometido com a liberdade e a justiça social, mesmo em tempos sombrios.

3.1. O Cenário de Retrocesso: Tensões entre Políticas Públicas e o Projeto Educativo

Se por um lado a tradição do pensamento pedagógico crítico aponta para a educação como um projeto de emancipação, por outro, a realidade das políticas públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas revela um cenário preocupante de retrocesso. O que se observa é um esforço concertado para desarticular o sistema educacional público e redirecioná-lo para atender aos interesses de uma lógica de mercado, que valoriza a competitividade, a mensuração padronizada e a formação de mão de obra submissa, em detrimento da formação cidadã e crítica. Esse movimento de contrarreforma ataca os fundamentos mesmos da escola democrática.

Saviani (2020) é um dos principais analistas desse processo. Para ele, o golpe de 2016 marcou um ponto de inflexão, aprofundando uma agenda neoliberal e conservadora que já vinha sendo gestada. O autor afirma que vivemos "tempos de golpe", nos quais as políticas educacionais são caracterizadas por "retrocessos e formas de resistências". Os retrocessos se manifestam em diversas frentes: na contenção de gastos com educação, através da Emenda Constitucional nº 95; na desvalorização do magistério, com o congelamento de salários e a precarização dos contratos; e na tentativa de imposição de

A práxis da emancipação em tempos de retrocesso: desafios políticos e resistências na educação brasileira

um currículo único e ideologicamente alinhado ao pensamento hegemônico, como no caso da "Escola sem Partido".

Dourado (2019) corrobora essa análise, destacando que o Estado brasileiro, que deveria ser o grande indutor e garantidor do direito à educação, passa a atuar como um agente de seu desmonte. O autor argumenta que a democracia no Brasil está sob ataque, e a educação é um dos campos privilegiados para essa ofensiva. As políticas de retrocesso busquem dismantlar as conquistas obtidas ao longo de anos de luta dos movimentos sociais e dos educadores, como o Plano Nacional de Educação (PNE), as políticas de ações afirmativas e os direcionamentos para uma gestão democrática. A lógica é a de enfraquecer a escola pública para abrir espaço para a privatização, seja através de parcerias público-privadas, seja pela estimulação ao mercado de escolas particulares.

Para compreender a dinâmica dessas políticas, é útil recorrer ao conceito de políticas públicas elaborado por Klaus Frey (2000). Segundo ele, as políticas públicas são o "estado em ação", ou seja, o conjunto de decisões e ações do governo para lidar com um problema público. No entanto, essa definição não é neutra. A forma como um "problema" é definido e as "soluções" propostas refletem visões de mundo e interesses de grupos específicos. As políticas de retrocesso na educação se justificam a partir de um discurso de "crise" e "ineficiência" da escola pública, o que legitima a introdução de medidas que, na verdade, aprofundam essa crise, como aponta a ironia destacada por Demo (2000).

As "ironias da educação" descritas por Demo (2000) são perfeitamente aplicáveis ao contexto atual. Uma delas é a ironia da "qualidade" totalitária, que busca medir e controlar todos os aspectos da vida escolar através de indicadores quantitativos, como o Ideb. Essa suposta busca pela qualidade, na verdade, serve para homogeneizar o ensino, punir escolas em contextos mais vulneráveis e submeter o trabalho docente a uma lógica produtivista, esvaziando sua dimensão criativa e política. Outra ironia é a da "modernização" conservadora, que introduz tecnologias e discursos de inovação, mas sem alterar as relações de poder e a estrutura excludente do sistema, servindo apenas para modernizar a dominação.

Essas políticas têm um impacto direto no currículo e na prática pedagógica. A tentativa de impor um "currículo comum nacional" de forma centralizada e autoritária é um exemplo claro disso. Em vez de ser uma referência flexível, que respeita a diversidade

regional e a autonomia das escolas, o currículo se torna um instrumento de controle ideológico, buscando silenciar debates sobre gênero, raça, classe social e sexualidade, temas considerados "controversos" pelos setores conservadores. O objetivo é criar uma escola "apolítica", que não forme cidadãos críticos, mas sim consumidores e trabalhadores dóceis, que não questionem a ordem estabelecida.

A tensão, portanto, é explícita. De um lado, temos um projeto de educação concebido como direito social, espaço de cultura e formação para a cidadania e a emancipação, como defendido por Freire, Saviani e Dourado. De outro, temos uma agenda política que trata a educação como uma mercadoria, um serviço a ser regulado pelo mercado e um instrumento de controle ideológico. Essa disputa não é abstrata; ela se materializa nas leis, nos programas de governo, nos parâmetros curriculares e, fundamentalmente, no cotidiano das escolas, afetando diretamente a vida de professores e alunos.

Diante desse cenário de ataques e desmontes, a resposta não pode ser a passividade. Saviani (2020) e Dourado (2019) não apenas diagnosticam os retrocessos, mas também apontam para a existência de "formas de resistências". A resistência se torna uma categoria central para pensar a educação no Brasil contemporâneo. Ela se manifesta nas mais diversas instâncias: na organização dos sindicatos de professores, na mobilização dos estudantes, na produção de conhecimento crítico nas universidades e, de forma fundamental, na própria prática cotidiana dos educadores que se recusam a abdicar de seu projeto pedagógico emancipatório. A resistência é a afirmação da vida e da esperança contra a barbárie.

3.2 O Professor como Agente de Resistência e a Formação em Perspectiva

No epicentro da tensão entre o projeto emancipatório e as políticas de retrocesso, encontra-se a figura do professor. Ele é, ao mesmo tempo, o principal alvo dos ataques e o agente com maior potencial para exercer a resistência. As políticas de contrarreforma buscam desqualificar o professor, transformando-o em um mero técnico, um executor de tarefas desprovido de autonomia intelectual e política. No entanto, é precisamente na reconquista de seu papel de intelectual e sujeito político que reside a força para a resistência. O professor não pode ser visto como uma vítima passiva, mas como um protagonista ativo na defesa da educação pública de qualidade social.

A práxis da emancipação em tempos de retrocesso: desafios políticos e resistências na educação brasileira

Nesse contexto, a formação docente adquire uma dimensão política crucial. Não se trata apenas de desenvolver competências técnicas, mas de formar a consciência crítica e a capacidade de luta dos professores. É preciso que a formação inicial e continuada ofereça ferramentas teóricas e práticas para que os educadores possam ler criticamente o cenário político e atuar de forma organizada. Como aponta Freire (1976), a formação do professor-progressista exige que ele também se assuma como um sujeito em permanente aprendizado, que se co-responsabiliza pelo processo educativo e pela transformação da realidade.

Purificação (2022) nos oferece uma perspectiva fundamental sobre essa questão, ao analisar as conexões entre políticas educacionais, currículo e desenvolvimento profissional de professores. O autor argumenta que as políticas de reforma têm um impacto direto na identidade e na prática docente. Quando as políticas são concebidas de forma hierárquica e desrespeitam a autonomia dos professores, elas geram sofrimento, alienação e uma sensação de impotência. No entanto, Purificação também aponta para as possibilidades de agência. Segundo ele, as políticas educacionais e o currículo são arenas de disputa onde os professores podem, mesmo sob restrições, exercer sua autonomia e construir práticas pedagógicas contra hegemônicas (Purificação, 2022). O professor, portanto, não é apenas um receptor de políticas, mas um intérprete e um ator que pode ressignificá-las em sua prática.

Essa agência docente se manifesta de diversas formas. Uma delas é através do trabalho coletivo na escola. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP), a organização de conselhos escolares e a criação de grupos de estudo são formas de resistência que fortalecem a autonomia da escola e dos professores. Ao trabalharem juntos, os educadores podem criar espaços de diálogo e de construção de uma proposta pedagógica que dialogue com a comunidade e resista às imposições externas. A gestão democrática, portanto, não é apenas um dispositivo legal, mas uma ferramenta de luta política.

Outro ponto central é a resistência no âmbito do currículo em ação. Mesmo diante de um currículo oficial prescritivo e limitante, o professor pode, em sua sala de aula, trazer temas, debates e perspectivas que ampliem a compreensão dos alunos sobre a realidade. É o que se chama de "currículo oculto" ou "currículo em movimento". Ao selecionar autores, propor atividades de pesquisa e incentivar o debate crítico, o professor

materializa a práxis educativa e forma a consciência crítica dos estudantes, mesmo que isso não esteja explicitamente no manual do Ministério da Educação.

A pesquisa de Purificação, Catarino e Champagnatte (2024) aprofunda essa análise ao discutir os "desdobramentos no desenvolvimento profissional de professores da educação básica e da educação superior" em contextos de crise. Os autores destacam que a resistência não é um ato isolado, mas um processo contínuo de desenvolvimento profissional que envolve a reflexão crítica sobre a prática, a busca por novos saberes e o engajamento em movimentos sociais e acadêmicos. O professor que resiste é um professor-pesquisador, que constantemente questiona: "Para quem estou ensinando? Que sociedade estou ajudando a construir com meu trabalho?". Essa postura reflexiva é o antídoto contra a alienação e a burocratização do ensino.

É fundamental reconhecer que a resistência tem um custo. Professores que se posicionam politicamente muitas vezes sofrem retaliações, são perseguidos ou pressionados a aderir a um modelo mais "conformado". Por isso, a resistência precisa ser coletiva e solidária. A união dos professores em sindicatos, associações e movimentos sociais é uma condição para que a luta seja efetiva e para que os indivíduos não fiquem expostos à repressão. A resistência individual é heroica, mas a resistência coletiva é estruturante.

Além disso, a resistência do professor deve estar articulada com outros setores da sociedade. A luta pela educação é parte de uma luta maior por democracia, por justiça social e por direitos humanos. Aliar-se aos movimentos estudantis, às organizações comunitárias e a outros segmentos da sociedade civil fortalece a pauta educacional e amplia a base de apoio para as reivindicações. A educação não pode ser uma causa apenas dos educadores, mas de toda a sociedade que acredita em um futuro melhor.

Por fim, o professor como agente de resistência é, em última instância, um professor de esperança. Como dizia Freire, a esperança é um imperativo existencial. O professor que não desiste, que continua acreditando no potencial transformador da educação mesmo diante das dificuldades, é quem mantém viva a chama da emancipação. Sua práxis cotidiana, com seus acertos e erros, seus avanços e recuos, é um ato de fé na humanidade e na capacidade dos seres humanos de criarem um mundo mais justo e amoroso. É essa esperança militante que alimenta a luta e que garante que, mesmo em tempos de retrocesso, o projeto de uma educação libertadora continue sendo uma possibilidade histórica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo central analisar as tensões entre o projeto educacional brasileiro fundamentado na emancipação e na práxis política e o cenário contemporâneo de retrocessos impulsionados por políticas públicas específicas. Através de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em autores como Freire, Saviani, Dourado e Purificação, foi possível traçar um panorama crítico sobre o momento político que a educação brasileira atravessa. O trabalho buscou demonstrar que a educação é um campo de disputa ideológica, onde se confrontam um projeto de formação para a autonomia e a cidadania e uma agenda de controle e submissão aos interesses do mercado.

Os achados da pesquisa apontam para uma contradição entre os princípios emancipatórios que deveriam nortear a educação no Brasil e a realidade concreta das políticas implementadas. As análises de Saviani (2020) e Dourado (2019) foram fundamentais para caracterizar o "retrocesso" como um movimento sistemático que ataca a escola pública em suas múltiplas dimensões: financiamento, valorização profissional, currículo e gestão. As "ironias da educação" de Demo (2000) ajudaram a desvelar como, sob o discurso da modernização e da qualidade, escondem-se processos de precarização e despolitização.

Como contribuição principal, este artigo articulou o debate filosófico-pedagógico sobre a educação como práxis política com a análise concreta das políticas públicas de contrarreforma, conectando esses dois planos através da reflexão sobre o papel do professor. As contribuições de Purificação (2022, 2024) foram essenciais para dar centralidade ao professor, não como uma vítima passiva, mas como um agente de resistência que, mesmo sob restrições, pode exercer sua autonomia e construir práticas contra hegemônicas. O trabalho reforça a ideia de que a luta pela educação é inseparável da luta pela democracia e que a formação da consciência crítica docente é uma condição para a resistência.

Como limitações, reconhece-se que o estudo se restringe a uma análise bibliográfica, não incluindo dados empíricos que pudessem ilustrar como essas tensões se manifestam no cotidiano de escolas e redes de ensino específicas. O escopo delimitado

pelos autores fornecidos, embora tenha garantido a discussão teórica, não esgota a vastidão do debate, que envolve muitas outras vozes importantes no campo educacional.

Como encaminhamentos para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos de caso em escolas que se destacam por práticas de resistência, buscando compreender os processos de organização coletiva e as estratégias pedagógicas utilizadas. Outra linha de pesquisa promissora seria a investigação sobre o impacto das políticas de retrocesso na saúde mental e na identidade profissional dos professores. Finalmente, seria valioso desenvolver pesquisas comparadas com outros países da América Latina que também enfrentam ofensivas neoliberais e conservadoras contra a educação pública, a fim de trocar experiências e fortalecer as redes de resistência internacional. A defesa da educação emancipadora é, e continuará sendo, uma tarefa coletiva e permanente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DEMO, P. **Ironias da educação – mudanças e contos sobre mudança**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Estado, educação e democracia no Brasil: retrocessos e resistências**. Educ. Soc., Campinas, v.40, e0224639, 2019.

DORNO, T.W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

FLICK, U. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2004.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da liberdade: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Editora Moraes, 1980.

FREIRE, P. **Educação como prática para a liberdade: e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n. 21, jun. 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

GUTIÉRREZ, F. **Educação como práxis política**. São Paulo: Summus, 1988.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

PAULO, Fernanda dos Santos; TROMBETTA, Sergio. **Educar é sempre um ato político: desafios contemporâneos**. Ideação. Revista do Centro de Educação, Letras e Saúde, v. 23, n. 2, p. 7-30, 2021.

PRODANOV, CLEBER CRISTIANO; FREITAS, ERNANI CESAR DE. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**, 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

A práxis da emancipação em tempos de retrocesso: desafios políticos e resistências na educação brasileira

PURIFICAÇÃO, M. M. **Políticas educacionais e currículo: perspectivas do desenvolvimento profissional de professores em contexto brasileiro.** E-Mosaicos, 11(27), 200–220, 2022.

PURIFICAÇÃO, M.; CATARINO, E. M, CHAMPANGNATTE, D. **políticas, formação de professores, cultura e questões atuais: desdobramentos no desenvolvimento profissional de professores da educação básica e da educação superior - um olhar no contexto nacional e internacional.** In: Purificação; Catarino; Champangnatte (Org.). **Human sciences in perspective: reflections on culture, society, and behavior.** 1ed. Ponta Grossa: Atena Editora, 2024, v. 1, p. 10-22.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas.** Revista Brasileira de História e Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Políticas educacionais em tempos de golpe – retrocessos e formas de resistências.** In: Roteiro, Joaçaba, v. 45, p. 1-18, jan./dez. 2020.

Credenciais da/os autora/es

Marcelo Máximo Purificação. Professor Titular no Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, graduado em Matemática em 2004 (UEG), Doutor em Educação (ULBRA).
ID Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4788-016X> E-mail: maximo@unifimes.edu.br.

Elisângela Maura Catarino. Professora Titular no Centro Universitário de Mineiros – UNIFIMES, graduado em Letras em 2004 (UEG), Doutora em Educação (ULBRA). ID
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4185-8911> E-mail: maura@unifimes.edu.br

Endereço para correspondência: Marcelo Máximo Purificação. Rua Hidelbrando Cruvinel Quadra 04 lote 09 – Cohacol 3, 75.835-103, Mineiros/Goiás. E-mail: maximo@unifimes.edu.br

Recebido: 22/03/2026.

Aceito: 23/03/2026.